



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 017/2013 — TCE – TRIBUNAL PLENO

1-Processo TCE nº 3147/2011 (72 Vols.).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Tonantins.

4- Exercício: 2010.

5- Responsável: Sr. Simeão Garcia do Nascimento, Prefeito Municipal, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Relatório Conclusivo nº 143/2011 (fls. 1329/1359), Informação nº 208/2013 (fls. 11.336/11.341) e Informação Conclusiva nº 70/2013 (fls. 14.227/14.228).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2628/2013-DMP-EFC (fls. 11.343/11.345) e Despacho nº 1277/2013 (fl. 14.230)-DMP-EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.

8- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: *Prestação de Contas. Exercício de 2010. Prefeitura Municipal de Tonantins.*

Emissão de Parecer Prévio recomendando a Desaprovação das Contas Anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, III, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, à unanimidade, os termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, em consonância com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO recomendando a **DESAPROVAÇÃO** das contas anuais da Prefeitura Municipal de Tonantins, exercício 2010, de responsabilidade do Senhor SIMEÃO GARCIA DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal, à época, com fulcro no art. 31, §§ 1º e 2º da CF/88 c/c art. 127 da CE/89, art. 18, I da LC 06/91, art. 1º, I e art. 29 ambos da Lei 2.423/96 e art. 11, II da Resolução 04/2002 – RITCE.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 017/2013 — TCE – TRIBUNAL PLENO

Processo TCE nº 3147/2011 (72 Vols.) – FL.02.

10-Ata: 43ª. Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11-Data da Sessão: 30 de outubro de 2013.

12-Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Raimundo José Michiles, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13-Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Relator

LÚCIO ALBERTO DE LIMA ALBUQUERQUE
Conselheiro

RAIMUNDO JOSÉ MICHILES
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor, em substituição a Conselheiro

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Fui presente Procurador-Geral

EAA/Decisório feito de acordo com o Mod. 1-PP_da Resolução nº 30/2012-TCE/AM - SPEDE



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 017/2013 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 017/2013)

1-Processo TCE nº 3147/2011 (72 Vols.).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Tonantins.

4- Exercício: 2010.

5- Responsável: Sr. Simeão Garcia do Nascimento, Prefeito Municipal, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Relatório Conclusivo nº 143/2011 (fls. 1329/1359), Informação nº 208/2013 (fls. 11.336/11.341) e Informação Conclusiva nº 70/2013 (fls. 14.227/14.228).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2628/2013-DMP-EFC (fls. 11.343/11.345) e Despacho nº 1277/2013 (fl. 14.230)-DMP-EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.

8- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas. Exercício de 2010. Prefeitura Municipal de Tonantins.

Contas Irregulares. Multa. Débito. Prazo. Recomendações à origem. Determinação a DCAP e à DICAMI/Comissão de Inspeção. Arquivamento. Ciência ao responsável.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, em consonância com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no sentido de:

9.1- À unanimidade, nos termos do voto do Relator:

9.1.1-Julgar IRREGULAR a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Tonantins, exercício 2010, sob a responsabilidade do Senhor SIMEÃO GARCIA DO NASCIMENTO, Ordenador da Despesa, com fulcro no art. 1º, II, c/c o art. 22, III, “b” da Lei 2.423/96; art. 5º, II, c/c o art. 188, II e § 1º, III, “b” da Resolução 04/2002-RITCE;

9.1.2-Considerar em débito ao Senhor SIMEÃO GARCIA DO NASCIMENTO no valor de R\$ 7.668.753,41 (Sete milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, setecentos e cinquenta e três reais e quarenta e um centavos) com fundamento no art. 304, I da Resolução TCE 04/2002 c/c art. 53 da Lei 2.423/96, pelas despesas sem comprovação (Restrição 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25 e 26 do Relatório Conclusivo 143/11);

9.1.3-Fixar prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento dos débitos aos cofres da Fazenda Pública (art. 72, III, alínea “a” da Lei 2.423/96) com as devidas atualizações monetárias (art. 55 da Lei 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução TCE 04/02), ficando,

EAA/Decisório feito de acordo com o Mod. 3-AC-PP da Resolução nº 30/2012-TCE/AM - SPEDE



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 017/2013 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 017/2013)**

Processo TCE nº 3147/2011 (72 Vols.) – FL.02.

desde já, autorizada a DICREX a adoção das medidas previstas no art. 175 da Resolução TCE 04/02;

9.1.4- Recomendar ao atual Prefeito Municipal de Tonantins que:

9.1.4.1- Mantenha a documentação referente as receitas e despesas do Órgão na sede do Município, conforme determina art. 206 da Resolução 04/02;

9.1.4.2- Cumpra com o máximo rigor os prazos para o encaminhamento dos balancetes analíticos mensais, bem como a Prestação de Contas anual a este Tribunal.

9.1.4.3- Cumpra com o máximo rigor os prazos para o encaminhamento dos Relatórios de Gestão Fiscal e Resumidos da Execução Orçamentária, de acordo com os art. 1º e 2º da Resolução TCE 06/2000;

9.1.4.4- Cumpra com rigor a Lei 4.320/64, em especial os artigos 61 a 64 e 83, que tratam dos procedimentos para a regular realização das despesas e dos aspectos contábeis;

9.1.4.5- Implante o Controle Interno integrando conforme determina o art. 31 e 71 da CF/88;

9.1.4.6- Mantenha as disponibilidades de caixa depositadas em instituição financeira, conforme determina o art. 156, § 1º da CE/89 c/c art. 164, § 3º da CF/88.

9.1.5- Determinar a DCAP que adote as medidas regimentais necessárias a verificação do cumprimento do art. 259 do Regimento Interno pelo Prefeito Municipal de Tonantins;

9.1.6- Determinar a próxima Comissão de Inspeção que verifique o cumprimento das recomendações e determinações constantes no Relatório-Voto e neste Acórdão;

9.1.7- Determinar o registro e o arquivamento destes autos e de seus apensos após cumpridas as medidas acima, nos termos regimentais;

9.1.8- Dar conhecimento desta Decisão ao Responsável.

9.2- Por maioria, nos termos do voto do Relator:

9.2.1- Aplicar multa ao Senhor SIMEÃO GARCIA DO NASCIMENTO, no valor de R\$ 6.289,73 (Seis mil, duzentos e oitenta e nove reais e setenta e três centavos) nos termos do art. 1º, XXVI e art. 54, II da Lei 2.423/96 c/c o art. 308, V, “a” da Resolução TCE 04/02, por prática de atos que se caracterizam como grave infração à norma legal, pelas seguintes restrições:

EAA/Decisório feito de acordo com o Mod. 3-AC-PP da Resolução nº 30/2012-TCE/AM - SPEDE



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 017/2013 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 017/2013)**

Processo TCE nº 3147/2011 (72 Vols.) – FL.03.

9.2.1.1- Atraso na remessa da Prestação de Contas, descumprindo o art. 20, I da LC 06/91 (Restrição 1 do Relatório Conclusivo 143/11);

9.2.1.2- Atraso na publicação dos demonstrativos contábeis no D.O.E. contrariando o disposto no art. 20, I da LC 06/91 (Restrição 2 do Relatório Conclusivo 143/11);

9.2.1.3- Atraso na publicação da LDO contrariando o disposto no art. 32, § 2º, inciso II da ADCT (Restrição 2 do Relatório Conclusivo 143/11);

9.2.1.4- Atraso na remessa da prestação de contas anual ao poder executivo da União e do Estado, descumprindo o art. 51, § 1º, I da LRF (Restrição 16 do Relatório Conclusivo 143/11);

9.2.1.5- Atraso no envio a este Tribunal dos Relatórios de Gestão Fiscal e Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária contrariando os arts. 1º e 2º da Resolução 06/00 (Restrição 4 e 5 do Relatório Conclusivo 143/11).

9.2.1.6- Permanência de recursos financeiros em caixa (R\$ 2.930.433,28) contrariando o art. 156, § 1º da CE/89 c/c o art. 164, § 3º da CF/88 (Restrição 12 do Relatório Conclusivo 143/11) e neste Acórdão;

9.2.1.7- Ausência de documentos contábeis e comprovantes das despesas do exercício (Restrição 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25 e 26 do Relatório Conclusivo 143/11).

9.2.1.8- Inexistência do controle interno descumprindo arts. 31 e 74 caput e incisos § 1º da CF/88 e art. 76 caput da Lei nº 4.320/64 e ausência de Certificado de Auditoria do Controle Interno, descumprindo o art. 10, III da Res. TCE 04/02 (Restrição 12 do Relatório Conclusivo 143/11);

9.2.2- Fixar prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento das multas aos cofres da Fazenda Pública (art. 72, III, alínea “a” da Lei 2.423/96) com as devidas atualizações monetárias (art. 55 da Lei 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução TCE 04/02), ficando, desde já, autorizada a DICREX a adoção das medidas previstas no art. 175 da Resolução TCE 04/02.

Vencido o voto-destaque do Conselheiro Raimundo José Michiles que votou parcialmente com o Relator, no sentido de multar o gestor no valor de R\$ 32.267,08. Acompanhou o voto-destaque o Conselheiro Convocado Alípio Reis Firmo Filho.

Por maioria, não acolher voto-destaque do Conselheiro Raimundo José Michiles, quanto as ressalvas dos recursos resultantes de Convênios firmados com órgãos federais e estaduais.

EAA/Decisório feito de acordo com o Mod. 3-AC-PP da Resolução nº 30/2012-TCE/AM - SPEDE



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 017/2013 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 017/2013)

Processo TCE nº 3147/2011 (72 Vols.) – FL.04.

10-Ata: 43ª. Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11-Data da Sessão: 30 de outubro de 2013.

12-Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Raimundo José Michiles, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13-Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Fui presente Procurador-Geral

EAA/Decisório feito de acordo com o Mod. 3-AC-PP da Resolução nº 30/2012-TCE/AM - SPEDE